

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº                      , DE 2008**  
**(Do Sr. José Aírton Cirilo)**

Autoriza os Estados a legislar sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas – moto-táxi.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar autoriza os Estados a legislar, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas – moto-táxi.

Art. 2º Ficam os Estados autorizados a estabelecer legislação regulando a prestação do serviço de transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas – moto-táxi –, o qual deverá restringir-se aos limites do respectivo território.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal – CF – inclui no âmbito da competência privativa da União, nos termos do inciso XI do art. 22, a legislação sobre transporte e trânsito. No entanto, o parágrafo único desse mesmo dispositivo da CF prevê a possibilidade de se autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias tratadas no artigo, o que deverá ser feito por meio de lei complementar.

Nesse âmbito deve ser tratado a questão do transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas, amplamente conhecido como moto-táxi, especialmente devido à importância que esse tipo de transporte assumiu, de fato, em grande parte do Brasil.

Por essa razão, entendemos que a garantia das condições de segurança na prestação desses serviços, tanto para os passageiros quanto para os condutores, passa por uma necessária regulamentação, respeitadas as distintas características de cada região de um País continental como o nosso.

Com o presente projeto de lei complementar, pretendemos encerrar de uma maneira adequada muitos anos de discussões e disputas políticas e judiciais sobre a competência para regulamentar ou mesmo autorizar os serviços de moto-táxi, de modo que cada Estado da Federação terá explicitada sua competência para legislar sobre o tema, podendo fazê-lo da forma considerada como mais apropriada face a sua realidade.

Dessa forma, serão superados impasses como o pronunciamento contrário do Supremo Tribunal Federal à constitucionalidade de lei estadual que instituía o serviço de moto-táxi, o que apenas impediu que fossem estabelecidos padrões mínimos de segurança, conforto e comodidade para a prestação do serviço.

É importante destacar, ainda, que nosso projeto não interfere na competência dos Municípios para autorizar, regular e fiscalizar a



atividade de moto-táxi, notadamente por se tratar de serviço de interesse local, atribuído a esses entes federativos nos termos do art. 30 da CF.

Pelas razões aqui expostas, esperamos ver esta proposição aprovada por nossos Pares.

Sala das Sessões, em            de            de 2008.

Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO



4D0B32DF58